

O manual escolar como fonte historiográfica¹

Justino Magalhães

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade de Lisboa

1. Na sua configuração mais geral, a história do manual escolar comporta indefinições e percursos convencionais análogos aos da história do livro. A inscrição do livro no quadro da cultura escrita tem merecido uma diferenciação entre livro e texto, pois que, quanto ao formato, nem todo o texto é livro. Há texto oral; há texto dito «não-livro» (pois, embora impresso, não mobiliza as características de livro); há livros não-verbais – sejam os álbuns de leitura infantil, sejam os compêndios de música. O que autoriza a designar estas últimas produções por texto «est le fait qu’elles sont construites à partir de signes dont la signification est fixée par convention et qu’elles constituent des systèmes symboliques proposées à l’interprétation»². A linguagem verbal não é a única com conteúdo semântico, logo não lhe é exclusiva a noção de texto. Este inscreve-se numa materialidade e foi em torno dela que foram estabelecidos os principais parâmetros e critérios da bibliografia (bibliologia).

A materialidade do texto comporta o suporte, formato, configuração da página, convenção tipográfica, planos autoral e editorial. Tais planos, assim como a configuração do texto, comportam uma representação e consignam uma apropriação; consagram uma ordem da leitura (ou da escuta da leitura). A interpretação e a apropriação do texto ficam condicionadas às formas materiais e à mediação (suporte,

¹ Publicado in Costa, Jorge Vale; Felgueiras, Margarida Louro & Correia, Luís Grosso (Coord.). (2008). *Manuais Escolares da Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação/ Faculdades de Letras do Porto, pp.11-15.

² Roger Chartier. Préface. In D.F. McKenzie. *La bibliographie et la sociologie des textes*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1991; p. 6

linguagem, técnica, agenciamento), como tem vindo a ser demonstrado no âmbito da sociologia do texto.

A conciliação do complexo livro, a montante, com o complexo leitura, a jusante, tem vindo a ser explorada no quadro de uma ampliação do campo da bibliografia em três direcções. Uma primeira, em direcção à sociologia do livro: formas de acesso; circulação; mediação e animação da leitura; interpretação, leitura e apropriação. Também a biblioteconomia, ao tomar o livro como produto e como bem, abriu novos campos de investigação: estudo da indústria tipográfica e livreira, e do comércio do livro. Uma terceira direcção em que tem vindo a ser ampliada a bibliografia (e, sobretudo, a bibliologia) é a da tecnologia da informação e da comunicação, com incidência na biblioteca e no processamento do texto.

Os aspectos truncais da bibliografia tradicional consistiram no estabelecimento do texto (versão, composição tipográfica) e na compreensão do processo de produção do livro (aspectos editoriais). O núcleo epistémico desta bibliografia reside na análise da composição do livro em função do texto: paginação, relevância dos caracteres, sequencialidade e ritmo de fórmulas ou esquemas tipográficos, para assinalar variações³. Mas, longe de se reduzir a um inventário de características bibliográficas, a problemática do livro tem vindo a ser ampliada, por um lado, com vista à inclusão dos textos ditos «não livros» e, por outro lado, considerando as múltiplas formas do objecto texto, sua configuração, protocolos de recepção, fórmulas e ritmos de apropriação. Neste sentido, deve-se a Mckenzie o principal contributo na superação das barreiras entre a descrição e as ciências da interpretação, consignando à bibliografia a principal

³ Os aspectos da composição do texto têm proporcionado estudos específicos (*compositor studies*). Em meu entender, podem incluir-se neste tipo de estudos boa parte das investigações publicadas na *Revista Portuguesa do Livro*, sob a orientação de Artur Anselmo. Diogo Ramada Curto chama no entanto a atenção para o que designa de «tradição bibliográfica e arquivística portuguesa relativa à história do livro e da cultura escrita», dando relevo aos especialistas que têm articulado a história do livro antigo com a problemática mais ampla da cultura escrita. Cf. Diogo Ramada Curto. *Cultura Escrita (Séculos XV a XVIII)*. Lisboa: ICS, 2007; p. 10.

tarefa de compreensão das formas e do sentido. Apoiada em técnicas específicas, a bibliografia passa assim a ter uma posição central no estudo das práticas simbólicas⁴.

Este alargamento do campo da bibliografia em direcção à sociologia dos textos torna mais evidente a necessidade de conciliação entre os aspectos de valorização e preservação dos diversos tipos de texto, designadamente através da constituição de inventários e catálogos, com a historicidade dos mesmos. Esta historicidade comporta a evolução das sucessivas versões de texto, bem como as formas e a abrangência da utilização. Na base da historicidade está ainda a colectivização do texto.

2. Entre a tipografia oficial de Guttemberg e a imprensa industrializada dos séculos XIX e XX, como também entre o fólho seiscentista e o hipertexto de final de Novecentos, os aspectos tipográficos e editoriais e a configuração do livro foram sujeitos a uma grande transformação. São variações que respeitam aos conteúdos, às formas, à função e, por consequência, também aos aspectos simbólicos e à significação.

A aproximação epistémica ao manual escolar tem sido feita por diferentes processos e para fins distintos. Uma das abordagens mais frequentes é utilizá-lo como fonte sobre a textualidade escolar, nomeadamente explorada como ideologia. Contudo, o que tem determinado o estudo do manual escolar são as sucessivas fases de constituição de uma epistemologia, incluindo a constituição de inventários e catálogos, a organização de redes e a exploração metodológica e sistemática de séries temáticas e instrumentais escolares.

A abordagem simultânea do manual como aplicação da cultura escrita e como meio pedagógico-didáctico (informação, disciplina, verdade) confere-lhe a principal centralidade como fonte sobre a cultura e a sociabilidade escolar. É nesta última acepção que a ampliação da bibliografia para o campo simbólico, evidenciando as

⁴ Cf. Roger Chartier, op. cit., pp. 9-10.

marcas textuais na produção/ adequação do conteúdo a uma finalidade didáctica e a um tipo de leitor, e contendo marcas e factores que consagram uma ordem da leitura, congrega os contributos da sociologia e da historicidade, fazendo emergir um novo campo epistémico.

Os estudos historiográficos e pedagógicos do manual escolar têm sido orientados pela prevalência de uma ou outras destas questões fundamentais: reconhecimento ou não de uma especificidade; definição de manual escolar. O reconhecimento da especificidade do manual escolar, no quadro mais amplo do livro, tem dado origem a uma disciplina designada de manualística⁵. Trata-se de uma disciplina emergente, cujos passos constitutivos incluem, entre outros, a inventariação dos diferentes tipos de livro e de texto (directa ou indirectamente produzidos e utilizados nas práticas escolares), sua génese e evolução semântica; a constituição de fundos e inventários; a hermenêutica das práticas subjacente àquela tipologia.

Uma outra via epistémica na abordagem do manual escolar tem residido na constituição de grandes inventários sob a forma de catálogos criteriosamente estruturados e informados, de que têm sido feitas explorações seriais ou segmentares. É uma abordagem que, pela sua natureza transversal ao mundo do livro, assenta numa definição de manual escolar. Alain Chopin, responsável pela Rede EMMANUELLE, define os manuais escolares como contendo uma finalidade e a organização de uma matéria de forma simplificada e prática. Com base nestes parâmetros de finalidade, organização e adequação, estabelece um continuum criterial

⁵ Deve-se a Agustín Escolano um contributo fundamental na denominação e na constituição da manualística. O autor tem feito recair as suas análises e conclusões sobre o vasto mundo da produção editorial espanhola, mas, muito provavelmente, parte das suas projecções são aplicáveis ao universo mais vasto do livro escolar, na Europa de Sul. Assinala a existência de um «modelo editorial diferenciado (...) por sus peculiares modos de maquetación, composición, edición y encuadernación, así como por la tipografía y las ilustraciones». Admite também que há «un modelo textual». In Gabriela Ossenbach e Miguel Somoza (eds). *Los manuales escolares como fuente para la Historia de la Educación en América Latina*. Madrid: UNED Ediciones, 2001; pp. 21-22. Ainda que seja grande a diversidade tipológica, é possível também falar de uma pragmática sustentada numa mesma lógica comunicativa e numa textualidade.

de aproximação à efectiva utilização em sala de aula⁶. Nesse sentido, Alain Chopin classifica os livros escolares em duas grandes categorias: «los destinados específicamente al uso escolar y aquéllos otros que adquieren esa dimensión solo por el uso que la escuela hace de ellos»⁷. Entre os primeiros inclui os manuais; as edições clássicas (leituras escolhidas); as obras de referência; as obras para-escolares. Estabelece de igual modo as marcas de exclusão.

Com objectivo de inclusão dos manuais do universo hispano-americano, a Rede MANES tem procurado conciliar o conceito restritivo de manual escolar, com uma abrangência de políticas e de circunstâncias histórico-pedagógicas de cada país: «la denominación manuales escolares abarcaría, en principio, aquellas obras concebidas con la intención expresa de ser usadas en el proceso de enseñanza-aprendizaje, indicada por su título, por su asignatura, nivel o modalidad, por su estructura didáctica interna, y por su contenido, que contemplará la exposición sistemática y secuencial de una disciplina»⁸. Ao preferir a designação livros escolares pela de manuais escolares, a Rede MANES assenta no pressuposto de existência de uma lógica editorial-escolar, transversal a todo aquele conjunto. Recentemente, a Base de dados MANES beneficiou de uma redução no total de campos e foi traduzida para francês e português, com objectivo de inclusão dos manuais belgas e portugueses, de que resultou a Red Internacional Patre-Manes.

A adopção de critérios maximalistas ou minimalistas tem estado condicionada também às perspectivas historiográficas dos manuais escolares. Ao privilegiar uma análise próxima da história cultural do livro, recuperando a noção ampla de bibliografia sugerida por McKenzie, com vista a uma sociologia do texto, o campo do livro escolar terá de ser necessariamente aberto, quer para inclusão de utilitários impressos (como

⁶ Um dos aspectos mais criticados na opção de Alain Chopin é o facto de não abranger livros que, não tendo sido editados para a sala de aula (como sucedeu com os catecismos religiosos), constituíram, no entanto, um segmento bibliográfico com utilização didáctica. Houve circunstâncias históricas e experiências de alfabetização escolar e não-escolar que foram integralmente conduzidas pelo catecismo.

⁷ Cf. Gabriela Ossenbach e Miguel Somoza (eds), op. cit.; p. 18.

⁸ Idem, p. 19.

prontuários, atlas, almanaques), quer para inclusão de manuscritos magistrais, tábuas de escrita e outros para-manuais que foram recurso didáctico de utilização colectiva ou corporativa.

A abertura para a história cultural, valorizando as dimensões da representação e da apropriação, envolve desafios de que a inventariação é apenas uma primeira fase. A experiência de alguns catálogos tem levado a que o campo das observações seja extensiva e aleatoriamente preenchido. Nele, o inventariador/ investigador frequentemente extrapola os campos do catálogo, para incluir dados referentes à utilização: marcas apostas no corpo do livro, contendo datas, sublinhados, actualizações; referências de utilização em situação escolar e não escolar; previsibilidade e condicionamentos de uso não previsíveis; vade-mecum; dados sobre inclusão em bibliografias de diferentes disciplinas. São as marcas de socialização e de leitura que tendem a escapar aos catálogos, posto que estes, convencionalmente, pegam os traços generalizáveis – os constitutivos de bancos de fontes e mediadores de investigação transversal.

3. A história do livro escolar é um campo historiográfico que, nas décadas mais recentes, tem vindo a desenvolver-se de forma intensa e inovadora, nos planos documental, biblioteconómico, arquivístico e bibliográfico, enquadrados no domínio da cultura escolar e da manualística. Seja no plano diacrónico, seja no plano sincrónico, esta historiografia tem sido organizada em três linhas de investigação: a) inventariação/ seriação; b) estudos específicos do conhecimento científico e didáctico, articulados com a história das disciplinas e da cultura escolar; c) comparação. Ainda que a história do manual escolar não seja confundida com a utilização do manual como fonte historiográfica, na verdade, as duas investigações têm estado cruzadas.

Os manuais constituem uma base da acção pedagógica e didáctica e como tal são a principal fonte de informação sobre a cultura escolar. O quadro epistemológico do manual escolar desafia, por consequência, a uma integração interdisciplinar que,

através de uma metodologia pragmática e de aprofundamento, configure e articule numa mesma linha historiográfica: a) inventariação/ seriação, dando sequência ao pressuposto de que, tanto no quadro histórico das culturas escolares por Estado-Nação, como no plano comparado (na curta e na longa duração, por períodos, níveis de ensino, disciplinas), a abordagem serial é imprescindível, devido à grande quantidade de livros; b) a análise histórica e pedagógica com base em critérios teóricos e biblioteconómicos, que permitam uma cartografia dos centros editoriais e dos itinerários de comercialização e circulação do conhecimento científico e dos livros e materiais escolares; c) a interdisciplinaridade dos historiadores da educação com os didactas e os curricularistas e com os historiadores do livro; d) a dialéctica das abordagens internas à manualística, aos campos científicos, às disciplinas escolares, com as perspectivas externas e transversais à cultura escrita e à história do livro, e com as políticas educacionais e os mecanismos de aculturação. Enfim, tratar-se-ia de uma epistemologia que reconheça e valorize a etno-historiografia do manual escolar, iluminada e inscrita numa história cultural, aberta à produção/ transformação do conhecimento; à configuração dos diversos tipos de texto, em discurso didáctico/ pedagógico sob a forma de livro/ manual; à projecção e estruturação dos modos de ler e dos comportamentos do leitor; à caracterização e avaliação das formas de apropriação.

É a inscrição na história cultural que potencia as valências do manual escolar como fonte histórica. No quadro da sua materialidade, em sentido amplo, o manual escolar contém uma informação científica e uma configuração autoral e editorial que lhe conferem autenticidade como representação da cultura escolar. Tomada como arquitecto, a cultura escolar é uma fundamentação sintética e metodológica da cultura escrita. Principal suporte da cultura escolar, o manual é conteúdo e didáctica. A montante do manual escolar há um universo científico e cultural de que ele é síntese, transformação e mediação; a jusante, ele tem subjacente uma rigorosa transmissão e aquisição de competências cognitivas e de saberes, gerais e específicos. A estrutura

do manual escolar é uma ordem da leitura. O manual é portador de uma memória, de uma informação e de uma projecção. Há no complexo teórico e na configuração do manual uma modelação do aluno e uma idealização da sociedade.

A utilização do manual como fonte historiográfica da educação é um campo em plena expansão. Sendo o manual objecto de normalização pedagógico-didáctica e de regulação política, os aspectos ideológicos têm sido recorrentemente estudados. Também a história das disciplinas escolares tem sido elaborada tomando os manuais escolares como principal fonte⁹. O manual escolar constitui, em si mesmo, um objecto epistémico¹⁰, sendo objecto de estudos e eventos científicos vários. Em 2000, o International Standing Conference of History of Education (ISCHE) consagrou-lhe um Congresso. De entre outros projectos que o tomaram como objecto interdisciplinar e evolutivo, destaque-se, no caso português, o projecto EME (Estudos sobre o Manual Escolar), organizado a partir da Universidade do Minho. Tomando o manual como fonte histórica exclusiva, uma das linhas de trabalho mais estimulantes tem sido a da sua exploração temática. Em 1999, a Societas pro Investigatione Comparata adhaesa Educationi (SPICAE) definiu como tema de congresso «A Imagem e a Ideia de Europa nos Manuais Escolares (1900-1945)». Publicadas em 2000, as actas contêm estudos sobre Espanha, Itália e Portugal¹¹. No mesmo contexto, em 2007, a Red Patre Manes,

⁹ Seria impossível compendiar aqui os estudos de história e didáctica das disciplinas, uns publicados, outros inéditos, que têm sido elaborados com base nos manuais.

¹⁰ Estudando a evoluções dos manuais de leitura franceses, em si mesmos e integrados na evolução pedagógica e cultural, Anne-Marie Chartier tem vindo a aplicar uma estrutura constituída pelos seguintes parâmetros: forma como o manual se apresenta a si próprio; configuração de livro; conteúdos; cena escolar; públicos; método (informação amavelmente cedida pela Investigadora).

Sobre este assunto pode ver-se também:

Calderón, Jorge Conde e al. (comp.). *Nación, educación, universidad y Manuales Escolares en Colombia. Tendências historiográficas contemporâneas*. Cali: Fondo de Publicaciones Universidad del Atlântico, 2002.

Castro, Rui e al. (orgs.). *Manuais escolares. Estatuto, funções, história*. Braga: Universidade do Minho, 1999.

Guereña, Jean-Louis e al. (dir.). *Manuales Escolares en España, Portugal y América Latina (siglos XIX y XX)*. Madrid: UNED Ediciones, 2005.

Pozo Andrés, Maria del Mar e al. (eds.). *Books and Education. 500 years of Reading and Learning. Paedagogica Historica*, vol. XXXVIII, nº 1, 2002.

¹¹ Cf. Genovesi, Giovanni (dir.). *L'Immagine e l'Idea di Europa nei Manuali Scolastici (1900-1945)*. Milano: Franco Angeli, 2000.

desenvolveu um estudo comparado sobre a temática do Nacionalismo, em manuais escolares espanhóis, belgas, portugueses, argentinos, mexicanos, colombianos¹².

Mas sendo o manual uma adaptação dos conteúdos, teorias e conceitos de uma matriz científica pura a uma aplicação à realidade escolar, em primeiro lugar, como representação e forma de acesso às práticas de ler e dar a ler, em segundo, os manuais escolares constituem um contributo fundamental, senão único, para a história cultural¹³. No interior da cultura escolar e da cultura escrita, a historiografia do manual escolar permite uma aproximação à ordem do conhecimento e às práticas pedagógicas e didáticas, bem como a projecção e a inferência de distintas formas de aculturação e sociabilidade.

¹² Cf. <http://www.uned.es>

Sobre esta temática pode ainda consultar-se: Ossenbach e Somoza (eds), op. cit.

¹³ Cf. Magalhães, Justino. O manual escolar no quadro da História Cultural: Para uma historiografia do manual escolar em Portugal. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, I, 2006; pp. 5-14. <http://sisifo.fpce.ul.pt>